

Câmara abre amanhã apuração no Amazonas

Subcomissão investigará irregularidades que envolvem governadores do Amazonas e do Acre

PABLO PEREIRA

Começa a funcionar amanhã a subcomissão especial da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara que vai apurar a aplicação de verbas federais nas administrações dos governadores do Amazonas, Amazonino Mendes (PFL), e do Acre, Orleir Cameli (sem partido). Composta por 14 deputados, a subcomissão foi criada depois das denúncias do ex-presidente da Companhia Energética do Amazonas (Ceam) Fernando Bonfim e a pedido do deputado Luiz Fernando Nicolau (PSDB-AM). Bonfim acusou Amazonino de ser o verdadeiro dono da Empresa de Construção Civil e Elétrica (Econcel), que faturou desde 1995 R\$ 48,8 milhões em obras para a Suframa, o governo do Amazonas e a prefeitura de Manaus. Só no Acre a empresa ganhou uma licitação de R\$ 3,47 milhões.

Bonfim informou a Nicolau que teria enviado fitas para o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), nas quais Amazonino admitiria seu envolvimento na cobrança de comissão na compra de geradores para o Estado, no valor total de US\$ 29,8 milhões. O contrato com a empresa americana Stewart & Stevenson foi superfaturado em 363,6%. Segundo Bonfim, Amazonino teria recebido US\$ 12 milhões no negócio.

Os 13 geradores foram comprados em 17 de dezembro de 1996. O negócio recebeu R\$ 20,5 milhões em recursos federais por meio de um convênio entre a Suframa e a Secretaria Estadual de Fazenda. Amazonino chegou a negar que tivesse comprado os equipamentos. Mas na quarta-feira publicou uma nota oficial reconhecendo ter efetivado a compra. "A licitação foi cercada de todo zelo possível", sustentou o governador na nota.

Nicolau, contudo, aposta em comprovar todas as denúncias, inclusive a de que há uma rede de testas-de-ferro em empresas beneficiadas pelo governador. "O exemplo mais claro está na obra da BR 174", afirmou o deputado. "Quem ganhou a concorrência foi o Marmud Cameli, e no Acre a Econcel ganhou a reforma da penitenciária." A expectativa do tucano é de que da subcomissão possa surgir uma CPI para o caso.

Devassa — Na sexta-feira, Nicolau adiantou ao Estado que a subcomissão fará uma devassa na aplicação dos recursos federais nas prefeituras de Rio Branco e de Manaus. Serão analisadas também as insenções de tributos federais concedidos a empresas da Zona Franca. Segundo ele, o resultado da investigação deverá sair em 30 dias. Para isso, a subcomissão contará com o apoio do Tribunal de Contas da União (TCU), da Procuradoria-Geral da República, da Junta Comercial do Amazonas além do Conselho Regional de Engenharia do Amazonas (Crea).

A primeira medida dos membros da subcomissão, segundo Nicolau, será fazer uma viagem a Manaus. Eles receberão um dossiê sobre um suposto "cartel de em-

NA MIRA DA LEI
Casos que envolvem Amazonino e estão sendo investigados pela Procuradoria da República e pela Polícia Federal
COMPRA DE VOTOS
O governador é um dos principais implicados no escândalo da compra de votos a favor da reeleição. De acordo com as fitas que registram conversas dos ex-deputados do PFL Ronivon Santiago e João Maia, Amazonino teria providenciado os R\$ 200 mil que cada deputado do Acre teria recebido para aprovar a emenda
SUPERFATURAMENTO
Há suspeitas de que houve superfaturamento de 363,6% no preço de 13 geradores de energia comprados pela Companhia Energética do Amazonas (Ceam). No valor de US\$ 29,8 milhões, os equipamentos foram fornecidos por uma empresa norte-americana, a Stewart & Stevenson, e devem ser entregues em julho
EMPREITEIRAS
Amazonino é apontado como sócio oculto de pelo menos três empreiteiras que atuam no Amazonas, Econcel, Exata e Capa, e há indícios de que elas têm sido favorecidas em seu governo. Há duas semanas, o empresário Fernando Bonfim apresentou-se como ex-testa-de-ferro de Amazonino na Econcel
DÓLARES NO EXTERIOR
Em 1995, Amazonino teria enviado irregularmente para o exterior US\$ 8 milhões por meio de uma empresa de Nova York, a North American Export Agencies. O dono da empresa, Juarez Barreto Filho, denunciou o caso à Polícia Federal duas vezes, em outubro e novembro, mas nenhuma providência foi tomada pela PF

preiteiras", preparado pela vereadora Vanessa Grazziotin (PC do B). O documento, da qual o Estado teve acesso com exclusividade, mostra a ligação de 13 empresas do ramo de construção civil e engenharia campeãs de obras para o governo do Amazonas e a prefeitura de Manaus nos últimos cinco anos — que engloba o período de Amazonino como prefeito e o de governador.

O dossiê foi argumento principal para duas representações que tramitam na Procuradoria-Geral da República no Amazonas e no Ministério Público Estadual. O documento será encaminhado ainda ao Ministério da Justiça e está baseado em documentos como *Diário Oficial* do Amazonas, relatórios da Secretaria Municipal de Obras e do (TCE) além de registros das empresas na Junta Comercial e no Crea.

Os documentos comprovam a existência de uma rede de empresas que funcionam legalmente como testa-de-ferro", afirma Vanessa. "Elas são campeãs de obras e os proprietários são parentes ou amigos, o que deixa claro que só uma CPI, que o grupo de Amazonino rejeita, vai investigar a legalidade do processo licitatório."

No dossiê a Construtora Exata, pertencente a Suheil Raman Neves é a líder nas obras estaduais e municipais. Nos últimos quatro anos recebeu nada menos que R\$ 71,2 milhões. Neves é irmão de Otávio Raman Neves, dono da mansão em Amazonino mora e também da Capa Construção e Pavimentação — que faturou em obras R\$ 30,7 milhões.

As empresas do "cartel de empreiteiras", como os políticos chamam a rede, são registradas também em nome de parentes de donos de outras empresas. É o caso de Francisco Guimarães Xavier, que foi sócio da Econcel e da Decisão Construtora Ltda. A Decisão, fundada em 1994, já ganhou licitações no valor de R\$ 17,1 milhões. No registro do Crea, a empresa já fez várias alterações da sociedade. Numa delas tem como testemu-



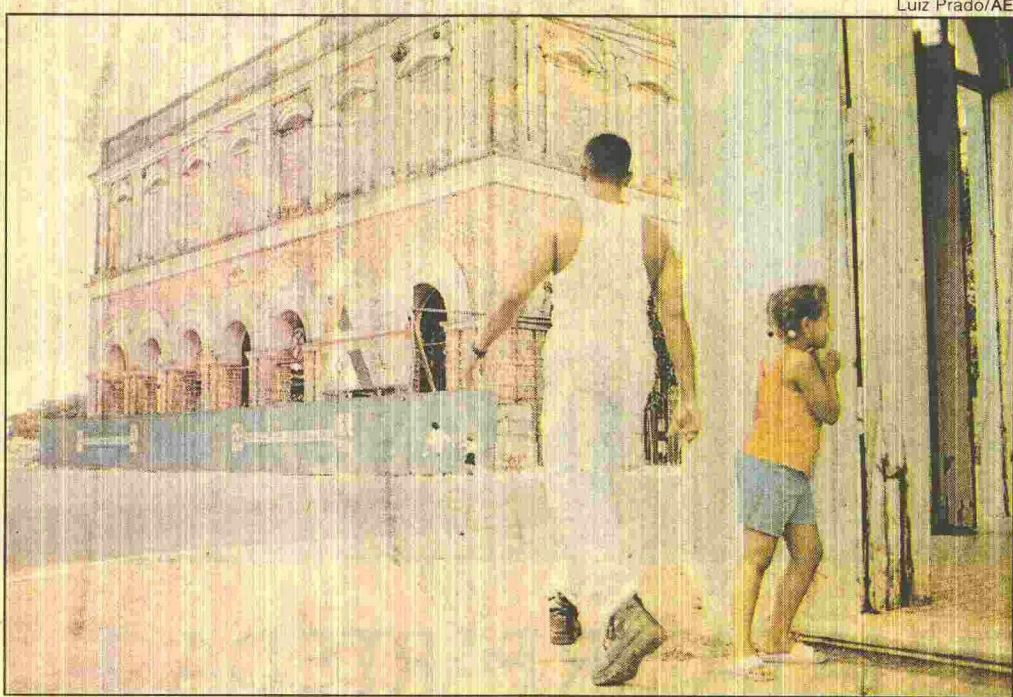
Amazonino: sem explicações

nha os empresários José Eudes Rafael Campos e Francisco Oliveira de Souza Filho. Campos é dono das empresas Equipe Construção e Planejamento de Engenharia e Locbrás Construção. As duas ganharam em licitações R\$ 23,4 milhões.

As empresas Troiman Terraplenagem e L.F. Construções, que faturaram R\$ 12, milhões só na prefeitura de Manaus, são de propriedade de Francisco Oliveira de S. Filho, que foi testemunha das alterações da Decisão. A Locbrás e a Troiman receberam da prefeitura cerca de R\$ 5 milhões cada uma para fazer a obra de prolongamento da Avenida Darcy Vargas até o bairro Ponta Negra. A obra não foi concluída.

No dossiê aparecem ainda o favorecimento de empresas ligadas às famílias dos deputados Pauderley Avelino e Átila Lins, ambos do PFL. Pauderley quer participar da subcomissão especial. E já se desentendeu com Nicolau por causa da investigação. "Pauderley não pode integrar essa comissão, porque seu nome foi citado nas fitas sobre a compra de votos e sua família é dona de empresa suspeita de integrar o cartel", argumentou o deputado.

Processos — Amazonino responde a quatro processos na Procuradoria da República, abertos com base em declarações de ex-aliados gravadas em sigilo. Os deputados acreanos Ronivon Santiago e João Maia, expulsos do PFL, confessaram ter recebido de Amazonino R\$ 200 mil para votar a favor da emenda da reeleição na Câmara. O ex-presidente da Companhia



Caixa d'água em Manaus: obra realizada por Amazonino é umas das apontadas pela oposição como superfaturadas



Av. Darcy Vargas: construção de prolongamento não foi concluída, mas empreiteiras receberam pagamento

Energética do Amazonas (Ceam) Fernando Bonfim ampliou as denúncias ao acusar o governo de corrupção.

O Ministério Público Federal, que já apura a compra de votos para a reeleição, vai convidar Amazonino a também esclarecer a suspeita de superfaturamento na compra dos geradores para a Ceam. Além de responsabilizar o governador por esse caso, Bonfim também o acusou de ter montado um esquema para que empreiteiras de sua própria família vencessem licitações públicas. Segundo ele, Amazonino usa testas-de-ferro para dirigir seus negócios. O procurador-chefe Sérgio Lauria Ferreira investiga a ligação do governador com as empreiteiras Econcel, Exata e Capa.

Responsável pelas denúncias, o ex-presidente da Ceam, contudo, acabou saindo de cena misteriosamente há mais de uma semana. O sumiço foi confirmado na quinta-feira por Luiz Fernando Nicolau. Era com o deputado, ligado ao ex-governador Gilberto Mestrinho — adversário de Amazonino —, que Bonfim mantinha contatos em Brasília depois da divulgação das fitas.

Nicolau achou suspeito o desaparecimento de Bonfim. Em uma de suas fitas, o ex-presidente da Ceam havia insinuado que o filho de Amazonino, Armando Mendes, teria ligação com o assassinato do empresário Samek Rosenski, ocorrido em 1993, em São Paulo. Numa conversa gravada entre Bonfim e Armando, o filho do governador comentou que seu segurança foi um dos primeiros a encontrar o corpo do empresário.

O clima de desconfiança estimulou a oposição. Entidades apoiadas por membros da Igreja, partidos de esquerda e representantes sindicais e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) partiram para o ataque e criaram o Fórum pela Ética, na tentativa de obter apoio popular contra o governador.

Diante do cerco político e da disposição do Ministério Público de acelerar as investigações, Amazonino decidiu reagir. Contratou o advogado Arnaldo Malheiros, de São Paulo, para preparar sua defesa e a do filho.

"O governador não vai mais falar sobre essas denúncias e vai recorrer à Justiça contra quem está fazendo essas acusações", avisou na semana passada o secretário estadual de Comunicações, Ronaldo Tiradentes. "Tudo será contestado, mas na Justiça."

O próprio Tiradentes está envolvido em dois inquéritos na Polícia Federal. No primeiro, é acusado de fraudar um diploma de segundo grau. Deputado estadual pelo PTB, ele teria tentado em 1995 falsificar um diploma para fazer vestibular. A fraude foi descoberta. Mas o inquérito está parado na PF porque a Assembleia negou autorização para que o deputado fosse processado.

Outro inquérito apura fraude e compra de votos na eleição para deputado em 1994. Em depoimento no inquérito, pelo menos dois eleitores confirmam ter votado com carteiras de identidade falsas e recebido pagamentos de R\$ 20 de cabos eleitorais de sua campanha.

O secretário de Fazenda, Samuel Hanan, também será chamado a dar explicações na Procuradoria da República. Desafeto de Bonfim, Hanan responde a um processo que apura a remessa ilegal de US\$ 8 milhões para os Estados Unidos. A tentativa de lavagem de dinheiro foi denunciada no final de 1995 ao diretor-geral da PF, Vicente Chelotti, e ao presidente do Banco Central, Gustavo Loyola.

Terminal — Além dos quatro processos que já enfrenta no Ministério Público, Amazonino poderá ganhar mais um. Documentos reunidos pelo deputado Eron Bezerra (PC do B) mostram que o governo do Amazonas gastou R\$ 8,1 milhões sem autorização da Assembleia Legislativa na construção do terminal graneleiro de Itacoatiara, a 300 quilôme-

tros de Manaus.

O porto é operado pela empresa de navegação Hermasa. Amazonino foi autorizado pelo Legislativo a investir R\$ 12,04 milhões no projeto. Uma semana depois de inaugurado o porto, contudo, o Estado havia gasto R\$ 20,2 milhões na obra.

Amazonino é alvo ainda de outras acusações de irregularidades. Na próxima semana acaba o prazo para que o Estado se manifeste à Procuradoria da República sobre a compra de 132 carros para a polícia, também suspeita de superfaturamento.

Apoio — Diante da pressão das denúncias e da mobilização da oposição, o governador tratou de reforçar-se politicamente. Na semana passada, participou de audiência com prefeitos, dos quais recebeu apoio, e apareceu em público na condição de injustificado.

Além de buscar a solidariedade dos prefeitos, sinalizando a abertura da campanha eleitoral,

o governador promove o recebimento de apoio da própria máquina administrativa. Pelos corredores do palácio, servidores são "convidados" a assinar documentos de desagravo a Amazonino. Numa das salas da Secretaria de Comunicações, que funciona a poucos metros do gabinete do governador, faixas de saudação a Amazonino aguardam a hora de ser espalhadas pelas ruas de Manaus. "Há um clima de comoção das pessoas", garantiu o secretário Tiradentes.

Ofensiva — Não só a oposição de esquerda se mobiliza contra Amazonino. A direção nacional do PPB, partido de que o governador se desligou em março, também vai ao ataque. A saída de Amazonino deveu-se a sua decisão de se engajar na campanha pela aprovação da emenda da reeleição.

De olho numa barganha para recuperar o controle sobre a Suframa, perdido no ano passado por interferência do então ministro José Serra (PSDB-SP), Amazonino trocou o PPB do ex-prefeito Paulo Maluf pelo PFL do senador Antônio Carlos Magalhães (BA). O cargo de superintendente da Suframa é hoje ocupado por Mauro Costa, um técnico do Ministério do Planejamento. Amazonino não se conforma com a derrota.

■ Colaborou Kátia Brasil, especial para o Estado